

1.3- Autorizar o pessoal a comparecer em juízo quando requisitado nos termos da lei do processo.

#### 2- Subdelegação de competências

2.1- Autorizar deslocações no território nacional, bem como a utilização, nessas deslocações de viaturas do Estado e de transportes públicos.

2.2- Assinar o expediente corrente incluído a correspondência para o exterior.

2.3- Autorizar, caso a caso, mediante adequada fundamentação e no cumprimento das normas legais em vigor a condução de viaturas oficiais por funcionários ou agentes não inseridos na carreira de motoristas.

3- Subdelego ainda a competência para assinar o expediente corrente, incluindo a correspondência para o exterior, para além das Chefes de Divisão referidas no ponto anterior, no Técnico Superior de 1ª classe Dr. Luciano Rodrigues Costa Duarte.

4- O presente despacho ratifica todos os actos por elas praticados no âmbito das competências delegadas e subdelegadas, desde 1 de Abril de 2007.

18 de Dezembro de 2007 — O Director de Serviços, *Alfredo Jorge da Cruz Sobral*.

### Gabinete de Planeamento e Políticas

#### Despacho n.º 1188/2008

Nos termos do nº5 do artigo 21º da lei nº51/2005, de 30 de Agosto, e por despacho de 13 de Dezembro, da Directora do Gabinete de Planeamento e Políticas:

Rui Manuel Costa Martinho, é nomeado Director de Serviços de Planeamento e Acompanhamento e Avaliação do Gabinete de Planeamento e Políticas, em comissão de serviço, pelo período de três anos, após procedimento concursal, com base na avaliação efectuada e constatando-se a adequação do perfil pessoal e das competências, preenche todos os requisitos.

#### Curriculum vitae

1 — Dados pessoais:

Nome: Rui Manuel Costa Martinho

Naturalidade: Paredes da Beira

Idade: 43 anos

2 — Habilitações Literárias/Formação Profissional:

Licenciatura em Agronomia, Especialidade de Economia Agrária e Sociologia Rural, pelo Instituto Superior de Agronomia de Lisboa (1982/87);

Pós-Graduação em Estudos Europeus (Dominante Económica) da Universidade Católica Portuguesa (1990/91);

Pós-Graduação em Economia Agrária e Sociologia Rural, do Instituto Superior de Agronomia (1993/94);

Pós-Graduação em Gestão Pública — curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP), do Instituto Nacional de Administração (2000/01);

Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP), no Instituto Nacional de Administração (2006).

3 — Actividade Profissional — principais funções exercidas:

Técnico da Direcção de Serviços de Produções Vegetais do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar;

Vice-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica;

Chefe do Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e do Desenvolvimento Regional;

Director de Serviços de Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar (GPPAA);

Adjunto do Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural;

Director de Serviços de Produções Vegetais, do GPPAA;

Chefe de Divisão de Culturas Arvenses do GPPAA;

Assessor do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural;

Membro do Grupo de Trabalho que preparou a componente “agricultura e desenvolvimento rural” do PNDES e do PDR 2000-2006;

Coordenador do Secretariado Técnico responsável pela operacionalização da medida “IED, Formação, Organização e Estudos” do PAMAF — QCA 94/99;

Membro do grupo de trabalho nomeado pelo Secretário de Estado da Agricultura que preparou a regulamentação do PAMAF — QCA 94/99;

Coordenador da Divisão de Medidas Infra-estruturais e de Organização da Direcção de Serviços de Política Socio-Estrutural do Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural (IEADR);

Perito Nacional destacado na Comissão das Comunidades Europeias (91/92), participando no processo de operacionalização do Programa LEADER;

Técnico da equipa de coordenação nacional do Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa — P.E.D.A.P.;

Técnico da Direcção Regional de Planeamento e Desenvolvimento da Comissão de Coordenação da Região Norte.

13 de Dezembro de 2007. — A Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Maria del Carmen Pastor*.

#### Despacho n.º 1189/2008

Nos termos do nº5 do artigo 21º da lei nº51/2005, de 30 de Agosto, e por despacho de 17 de Dezembro, da Directora do Gabinete de Planeamento e Políticas: António José Cerca Miguel, é nomeado Director de Serviços dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Gabinete de Planeamento e Políticas, em comissão de serviço, pelo período de três anos, após procedimento concursal, dado a sua relevante experiência profissional e pelos conhecimentos e qualificações que demonstrou, preenche todos os requisitos.

#### Curriculum Vitae

Informação Pessoal

Nome: António José Monteiro Cerca Miguel

Nacionalidade: portuguesa

Data de Nascimento: 7 de Fevereiro de 1953

Licenciatura no Instituto Superior de Agronomia em 1977

Experiência profissional

Desde Outubro 2006 — Assessor da Direcção do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar (GPPAA) do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP);

De Setembro de 2000 a Setembro de 2006 — Conselheiro da REPER em Bruxelas, tendo desempenhado funções de Porta-voz no Comité Especial de Agricultura (CEA) desde Setembro de 2002.

De Novembro de 1998 a Setembro de 2000 — Sub Director Geral do GPPAA do MADRP.

De Fevereiro de 1991 a Novembro de 1998 — Director de Serviços de Produtos Vegetais do DGMMAIAA, IMAIAA e GPPAA

De Novembro de 1986 a Janeiro de 1991 — Chefe de Divisão de Frutas e Hortícolas no Secretariado Agrícola de Relações Europeias (SARE) do Ministério da Agricultura.

De Janeiro de 1984 a Fevereiro de 1986 — trabalhou na Direcção Regional de Agricultura do Algarve.

De 1981 a 1983 — Chefe de Divisão de Análise de Programas e Projectos de Investimento no Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura.

De 1977 a 1981 — ingressa no Quadro do Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura e Pescas em 1977, desempenhando actividade com técnico.

17 de Dezembro de 2007. — A Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Maria del Carmen Pastor*.

### MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

#### Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes

#### Despacho n.º 1190/2008

Considerando as “orientações comunitárias sobre os auxílios estatais aos transportes marítimos” adoptadas pela Comissão Europeia, em 17 de Janeiro de 2004, que enquadram as políticas de auxílios aos transportes marítimos dos Estados-Membros, tendo em vista atenuar a falta de competitividade das frotas sob bandeiras de países da União Europeia no mercado mundial;

Considerando que, do ponto de vista nacional e do ponto de vista da União Europeia, existem razões de fundo para a recuperação, a manutenção e o incremento da frota comunitária de registo convencional, razões que têm sido amplamente divulgadas e evidenciadas a nível interno e ao nível da própria Comissão;

Considerando que os encargos com a tripulação ao serviço de navios de registo convencional dos Estados-Membros da Comunidade constituem a componente de custo determinante para a falta de competitividade das respectivas frotas e que um número significativo de Estados-Membros da União Europeia têm vindo a implementar internamente medidas de